

PROFESSOR(ES)					
Prof. Paulo Roberto Coimbra Silva					
CÓDIGO E ATIVIDADE DA DISCIPLINA (verificar estrutura curricular do programa)					
DIP DIR869C – Temas de Direito Tributário					
TEMA					
Tributação das Instituições Financeiras					
SUBTEMA					
Impactos Setoriais da Reforma Tributária					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
(X) Sim () Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
(X) Sim () Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Sexta-feira	07:30	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
(X) Não () Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
() Sim (X) Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	

PROJETO COLETIVO AO QUAL ESTÁ VINCULADO
Justiça Tributária e Segurança Jurídica

EMENTA
O objetivo da disciplina é aprofundar a análise do regime jurídico-tributário aplicável às instituições financeiras, em face das alterações legislativas e constitucionais da reforma tributária. Verificando assim as especificidades da tributação no setor financeiro e os seus impactos econômicos, contábeis e regulatórios. ATO I – Estrutura da Tributação das Instituições Financeiras 1. A atividade e atuação das instituições financeiras; 2. Caracterização da atividade financeira para fins tributários e os princípios e limitações aplicáveis; 3. Panorama histórico e comparado da tributação de instituições financeiras. ATO II – Regimes Tributários e Obrigações Setoriais 1. Tributos incidentes sobre instituições financeiras: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IOF, ISS e contribuições específicas; 2. A base de cálculo e as peculiaridades de apuração de receitas financeiras; 3. Regimes diferenciados e a tributação da intermediação financeira; 4. Interação entre regulações (BACEN, CMN, CVM) e a conformidade tributária ATO III – Reforma Tributária e Impactos Setoriais 1. Incidência da IBS e CBS sobre serviços financeiros: fim da aplicação do PIS/COFINS; 2. Potenciais efeitos sobre a rentabilidade, base de capital e oferta de crédito;



3. Avaliação de impactos diferenciados: bancos comerciais, cooperativas de crédito, seguradoras, fintechs e plataformas de pagamento;
4. Harmonização internacional e tributação de operações financeiras transnacionais

ATO IV – Estudos Aplicados e Perspectivas

1. Cenários comparativos antes e após a reforma tributária;
2. Estudos de caso: impacto fiscal em operações típicas de crédito, câmbio e investimento;
3. Estratégias de adaptação tributária e de gestão de riscos fiscais no setor financeiro;
4. Reflexões sobre competitividade, neutralidade econômica e segurança jurídica;
5. Projeções regulatórias e tendências da política tributária sobre o sistema financeiro

BIBLIOGRAFIA

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

BACCHMI, Viviani Aparecida. A Política de Tributação dos Bancos e das Operações de Crédito frente ao Spread Bancário. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito Tributário). Escola de Direito, Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. São Paulo, 2017.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Natureza Jurídica das Bolsas de Valores. Revista de Direito Público, n. 81. São Paulo: Revista dos Tribunais, janeiro-março/1987.

BARRETO, Aires F. ISS, IOF e Instituições Financeiras. 1. ed. Editora Noeses, 2016.

BARRETO, Aires F. ISS na Constituição e na lei / Aires F. Barreto; Paulo Ayres Barreto. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2018.

BARRETO, Paulo Ayres. Imposto Sobre a Renda e Preços de Transferência. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2001. v. 1. 191p.

BARROSO, Nuno. Taxas de transações financeiras na União Europeia – Taxa Robin Hood: um bom imposto. Lisboa: Vida Economica, 2016.

BATISTA, Daniela Cristina Floriano Alves; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; SILVA, Paulo Roberto Coimbra. Reforma tributária do consumo de 2023. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2024.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; SILVA, Paulo Roberto Coimbra. JOTA - A CSLL dos agentes financeiros: o céu é o limite?. JOTA, 19 abr. 2021.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 1963.

BERGAMINI, Adolpho; et al. Pis e Cofins na teoria e na prática. 4. ed., São Paulo: MP Editora, 2016.

BIFANO, Elidie Palma. O mercado financeiro e o Imposto sobre a Renda. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

BIFANO, Elidie Palma de. A incidência do Imposto sobre a Renda sob o regime introduzido pela Lei n. 12973/14. In: Sergio André Rocha. (Org.). Direito Tributário, Societário e a Reforma da Lei das S/A, v. IV. 1ed. São Paulo: 2015, v. 1, p. 153-169.

BIFANO, Elidie Palma de. Anotações sobre perdas no recebimento de créditos em instituições financeiras: critérios regulatórios versus critérios fiscais. In: CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e. (Org.). Mercado Financeiro & de Capitais Regulação e Tributação. 1ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015, v. 1, p. 1041-1063.



BIFANO, Elidie Palma de. Estruturação de operações no mercado financeiro e o tema do planejamento tributário. In: Roberto Quiroga Mosquera. (Org.). O Direito Tributário e o Mercado Financeiro e de Capitais. 1ed. São Paulo: Dialética, 2010, v. 02, p. 124-147.

BIFANO, Elidie Palma de. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). In: Ives Gandra da Silva Martins; Carlos Valder do Nascimento; Rogério Gandra da Silva Martins. (Org.). Tratado de Direito Tributário. 01ed. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 01, p. 468-499.

BIFANO, Elidie Palma de. PIS/COFINS: Receita X Faturamento. Não Incidência, Isenção e Exclusões da base. In: XIII Congresso Nacional de Estudos Tributários - 50 anos do Código Tributário Nacional, 2016, São Paulo. XIII Congresso Nacional de Estudos Tributários - 50 anos do Código Tributário Nacional. São Paulo: Noeses, 2016. v. 1. p. 365-388.

CÁRNIO, Thaís Cíntia. IOF: Teoria prática e intervenção estatal. Atlas: 2015.

CHESNAIS, François. Tobin or not Tobin? São Paulo: UNESP, 1999.

CUNHA, Fabio Lima da. O imposto de renda e a juridicização da contabilidade: a renda constitucionalmente tributável e a perspectiva econômica informativa do patrimônio. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) - Universidade de São Paulo, Orientador: Roberto Quiroga Mosquera.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. Direito do Mercado de Valores Mobiliários. Rio de Janeiro: CVM, 2017.

DE OLIVEIRA BENTO, Paulo Marcelo; MACEDO MALHEIRO, Rafael; MACHADO CASTILHO, Ramon; SOUZA COELHO, Renato; REIS BATISTON, Renato. Manual de Tributação no Mercado Financeiro. 1. ed. São Paulo – SP: Saraiva, 2011.

Falcão, Guilherme Jurema. Legislação que regula as empresas de fomento mercantil ("factoring") no Brasil. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2001. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1292>.

HAYEK, Friedrich August. Desestatização do Dinheiro – Uma Análise da Teoria e Prática das Moedas Simultâneas. 2ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

JORGE, Alice Lima Abreu; MORAIS, Guilherme Bagno Pires de; SILVA, Paulo Roberto Coimbra; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. A participação nos lucros e resultados e os desafios tributários. Belo Horizonte: D' Plácido, 2020.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. Os Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários-Conceitos Fundamentais. In: Roberto Quiroga Mosquera; Eurico Marcos Diniz de Santi; Fernando Aurelio Zilveti. (Org.). Tributação Internacional e dos Mercados Financeiro e de Capitais. 1ªed. São Paulo - SP: Quartier Latin do Brasil, 2005, v. 01, p. 101-175.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. Tributação no Mercado Financeiro e de Capitais. 2. ed. São Paulo - SP: Dialética, Edições, Eventos e Cursos, 1999. v. 01. 367p.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. A incógnita da disponibilidade econômica da renda - novos atropelos da noção de disponibilidade. DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL, v. 38, p. 276-290, 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. A Problemática das Receitas de Terceiros perante as Bases de Cálculo da Contribuição ao PIS e da Cofins. Direito Tributário Atual, v. 17, p. 65-94, 2003.



OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Imposto sobre operações de crédito, fato gerador, distinção em relação ao antigo imposto do selo, cancelamento de operações potencialmente tributáveis. *Direito Tributário Atual*, v. 1, p. 21-30, 1982.

PELUCIO-GRECCO, Marta Cristina; SANTOS NETO, Jacinto Pedro dos; CONSTANCIO, Diego. Contabilização de bitcoins à luz das IFRS e aspectos tributários. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 83, p. 275–282, 2020. DOI: 10.1590/1808-057x201909110. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rcf/article/view/169645>.

PITMAN, Arthur Leite da Cruz; BRAGA, Rinaldo Leon Gomes Pereira. Conflitos de Competência Tributária entre o ISS e o IOF no Mercado Financeiro: Operações de Financiamento com Repasse de Recursos do BNDES. *Revista Direito Tributário Atual*, n.42. ano 37. p. 555-583. São Paulo: IBDT, 2º semestre 2019.

QUIROGA MOSQUERA. Roberto. Direito monetário e tributação da moeda. São Paulo: Dialética, 2006.

REZENDE, Joanna Oliveira. Tributação dos Fundos de Investimento e Algumas Questões Controvertidas. In: CANADO, Vanessa Rahal, SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Tributação dos Mercados Financeiro e de Capitais e dos Investimentos Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2011 (Série GVlaw).

SANTOS, Ramon Tomazela. A autonomia do direito tributário e os conceitos de direito privado: a incidência do IOF/crédito sobre os contratos de mútuo de recursos financeiros. *Revista Dialética de Direito Tributário* n. 224. São Paulo: Dialética.

SCHOUERI, Luís Eduardo; MOSQUERA, Roberto Quiroga. Manual da tributação direta da renda. São Paulo: IBDT, 2020, p. 123-147 (tributação no Mercado Financeiro e de Capitais).

SCHOUERI, L. E. ISS sobre a Importação de Serviços do Exterior. *Revista Dialética de Direito Tributário*, São Paulo, v. 100, p. 39-51, 2004.

SILVA, Paulo Roberto Coimbra. IPVA - Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

SILVA, Dean Ribeiro da e CIA, Joanelia Neide de Sales. Bitcoin: reconhecimento, mensuração e contabilização da moeda digital. 2018, Anais. São Paulo: EAC/FEA/USP, 2018. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/Anais2018/ArtigosDownload/818.pdf>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4101. Distrito Federal. Julgamento em 16 jun. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2626821>.

VILELA CHAVES CAMPOS, Celso; TONETO JUNIOR, Rudinei. Cálculo de impactos econômico-tributários setoriais provocados por alterações tributárias: modelo de equilíbrio geral computável aplicado à economia brasileira. *CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS*, [S. l.], v. 21, n. 01, 2021. DOI: 10.55532/1806-8944.2021.115. Disponível em: <https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/article/view/115>.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

